



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação n° 466/2025

Processo Número: **42783/2025** | Data do Protocolo: 17/10/2025 17:08:03



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200330036003900390030003A004300, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, XVI, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno requer que se officie ao Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, para que preste esclarecimentos sobre a **operação policial realizada no município de Lins**, em 16 de outubro de 2025, que resultou na apreensão de medicamentos, insumos e plantas utilizadas pela **Associação Santa Gaia**, entidade voltada à produção de cannabis medicinal, além de responder as seguintes questões:

- 1 – Quais circunstâncias motivaram a realização da operação policial no município de Lins? Qual foi a base legal e o fundamento jurídico que autorizaram as ações de busca, apreensão e eventual prisão relacionadas à Associação Santa Gaia?
- 2 – A operação foi realizada mediante mandado judicial? Em caso afirmativo, solicita-se cópia do respectivo mandado e da decisão que a autorizou, bem como a indicação do juízo competente.
- 3 – Durante a ação, foram apreendidos medicamentos destinados a pacientes com prescrição médica? Em caso positivo, quais providências foram adotadas para assegurar a continuidade dos tratamentos e evitar prejuízos à saúde desses pacientes?
- 4 – Qual foi o destino dado aos insumos, medicamentos e plantas apreendidos? Houve encaminhamento para perícia, armazenamento sob guarda judicial, destruição ou transferência para outro órgão público?
- 5 – Considerando o princípio da precaução e o interesse público na proteção à saúde, foi avaliada a possibilidade de preservação ou guarda segura dos medicamentos até manifestação judicial definitiva, evitando sua perda ou descarte prematuro?
- 6 – Há inquérito policial ou outro procedimento investigativo instaurado em decorrência da operação? Em caso afirmativo, solicita-se a indicação do número, da unidade responsável e do estágio atual das investigações.
- 7 – A operação contou com a participação ou apoio de outros órgãos públicos, como o Ministério Público, Anvisa, Vigilância Sanitária ou Secretaria da Saúde? Em caso positivo, quais foram as atribuições de cada instituição?
- 8 – Quais critérios técnicos e operacionais foram considerados para definir a necessidade e o momento da operação, especialmente diante da atuação declarada da Associação Santa Gaia em atividades voltadas ao uso medicinal da cannabis, com pacientes cadastrados e acompanhamento médico?
- 9 – Por fim, quais medidas estão sendo adotadas para assegurar transparência no caso, bem como a proteção dos direitos dos pacientes e das pessoas que dependem de medicamentos à base de cannabis para fins terapêuticos?

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo obter informações detalhadas sobre a operação policial realizada em 16 de outubro de 2025, no município de Lins, que resultou na apreensão de medicamentos, insumos e plantas utilizadas pela Associação Santa Gaia, entidade que afirma atuar na produção de produtos à base de cannabis para uso medicinal, atendendo pacientes com prescrição e acompanhamento médico.

De acordo com as reportagens publicadas pelos portais Sechat e Metrôpoles, a ação policial resultou na apreensão de centenas de plantas e de medicamentos prontos para uso, o que gerou preocupação entre famílias e pacientes que dependem desses tratamentos para controle de epilepsia, autismo, dores crônicas e outras condições clínicas graves.

O tema envolve não apenas aspectos de segurança pública, mas também de saúde e dignidade humana,





razão pela qual é essencial assegurar transparência, respaldo técnico e cooperação entre os órgãos envolvidos como a Anvisa, a Secretaria da Saúde e o Ministério Público.

Assim, o presente requerimento visa contribuir para o acompanhamento responsável das ações do Estado, garantindo a observância dos princípios da legalidade, razoabilidade, publicidade e proteção da vida, especialmente daqueles que dependem de medicamentos à base de cannabis para seu bem-estar e qualidade de vida.

Caio França



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200360031003700340037003A005000

Assinado eletronicamente por **Caio França** em 17/10/2025 16:56

Checksum: **BA80368BB1020E90035E574DEF232E0CFE2470E3191DCB67F792B419931011CF**

